



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

RELATOR: VEREADOR ANDRÉ BRANDINO

PARECER Nº ____/2021

Processo nº.: 11831\2021 Requerente: Davi Esmael

Assunto: Projeto de Lei 173/2021 - Dispõe sobre a dispensa do estudante de educação especial de reapresentação do laudo de deficiência permanente, doença sem cura e degenerativa em todas as instituições de ensino público e privado do município de Vitória e em instituições de utilidades públicas conveniadas.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Davi Esmael, por mérito do qual objetiva dispor sobre a dispensa do estudante de educação especial de reapresentação do laudo de deficiência permanente, doença sem cura e degenerativa em todas as instituições de ensino público e privado do município de Vitória e em instituições de utilidades públicas conveniadas.

É o breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO

A proposta legislativa visa conscientizar, desenvolver e formalizar no âmbito do Município de Vitória a educação mais inclusiva, uma vez que é um dos primordiais pilares para a construção de uma sociedade mais justa, que respeite e acolha efetivamente a diversidade, superando barreiras e preconceitos. Dificultar a frequência ou consentir com a exclusão nas escolas, impondo aos familiares dos estudantes de educação especial a apresentação reiterada de laudo médico de deficiência permanente, doença sem cura e degenerativa é, no mínimo, coadunar com a discriminação.

O Projeto de Lei apresentado, nos termos das Lei Municipal nº 9708/2020 no art. 3º incisos I e II, visa garantir aos interessados, que ao dificultar a matrícula e impedir ou inviabilizar a permanência na escola é, de fato, ato discriminatório contra a criança/adolescente e seus familiares.







27 999 718 585





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Assim, tornar desnecessárias as exigências burocráticas relativas ao laudo médico atualizado, facilitará assim, a vida dessas famílias, já que escolas, e até mesmo órgãos públicos, solicitam a atualização todas as vezes que são procurados e, é de conhecimento geral que conseguir laudo atual demanda agendamento médico, perda do dia de trabalho, além de gastos com deslocamento. Para a população de baixa renda, a média de espera por consulta, perícia e laudo pode variar de dois a três anos, o que, por si só, dificulta e inviabiliza a permanência do aluno na escola.

Diante disso, recomendamos o acolhimento e aprovação, pela colênda Câmara, do Projeto de Lei 173/2021, por conformidade com as diretrizes e intenções da educação municipal e que busca o desenvolvimento e melhoria do setor e para a sociedade.

É o parecer.

Vitória, 22 de Dezembro de 2021

VEREADOR ANDRÉ BRANDINO PEGO

andre Brandino Rego

RELATOR COMISSÃO DE EDUCAÇÃO







